

INCA comemora Dia Nacional de Combate ao Fumo

Cigarro faz mal até pra quem não fuma. Este foi o tema do Dia Nacional de Combate ao Fumo (29 de agosto) deste ano, que teve como objetivo informar a população sobre o tabagismo passivo, especialmente entre trabalhadores de shoppings, bares e restaurantes que sofrem com a poluição tabagística.

Para comemorar a data, entre os dias 26 e 29 de agosto, o INCA promoveu panfletagens em restaurantes do Rio de Janeiro. Além disso, no dia 29, foi realizada uma apresentação teatral na Central do Brasil e a tradicional solenidade no Instituto.

Durante a cerimônia, realizada no prédio da Praça Cruz Vermelha, foram divulgados os resultados de uma pesquisa realizada pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) para estimar a concentração de nicotina no ar em escolas, hospitais, aeroportos, prédios do governo e restaurantes em vários países da América Latina, entre eles o Brasil. A pesquisa mostrou, por exemplo, que em muitos estabelecimentos a fumaça se espalha por todo o ambiente, mesmo havendo separação entre fumantes e não fumantes.

Ainda na solenidade, foram premiados alguns dos restaurantes que adotaram a lei federal 9.294 - que proíbe o uso de produtos derivados do tabaco em recintos coletivos - em seus ambientes, bem como representantes da sociedade civil e parlamentares que se empenharam em favor da causa do controle do tabagismo no Brasil (*veja a lista na Intranet*). O presidente do Sindicato dos Garçons, Barmen e Maitres do Estado do Rio de Janeiro, Waltair Mendes Rodrigues, falou em nome dos funcionários de bares e restaurantes expostos à fumaça do cigarro e apoiou a iniciativa do INCA: "Nós não temos a opção de trabalhar em locais onde não haja fumantes e esperamos que a lei de proibição do fumo em locais públicos e fechados seja cumprida."

O diretor geral do Instituto afirmou que a lei é voltada para a proteção de fumantes e não fumantes expostos à poluição tabagística ambiental. "Ela não visa a segregação, mas atender a uma questão de saúde pública", enfatizou Luiz Antonio Santini.

Outro assunto de grande relevância abordado durante a solenidade foi a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Dia 7 de novembro é o prazo limite para que seja aprovada no Senado a tempo de o Brasil participar da primeira Conferência das Partes, organizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Se isto não ocorrer, o país não poderá contar com apoio financeiro e técnico da OMS para desenvolver alternativas ao cultivo do tabaco. O secretário de Atenção à Saúde, José Gomes Temporão, prometeu redobrar os esforços para convencer os parlamentares da necessidade urgente de ratificação da Convenção-Quadro.



O restaurante Kilograma, próximo ao prédio da Praça Cruz Vermelha, foi um dos restaurantes visitados pela campanha

Carta ao Leitor

A firme política de combate ao fumo promovida pelo governo brasileiro nos últimos anos apresentou resultados positivos: a redução da prevalência de fumantes na população acima de 15 anos, que caiu de 32% para 19% entre 1989 e 2003. Escolhido pelos 192 países membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) para presidir as negociações para a construção do primeiro tratado internacional de saúde pública da História, o Brasil liderou o processo de construção de uma convenção internacional de combate ao tabaco - a chamada Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. O tratado tem como objetivo adotar medidas para deter a expansão global do consumo e evitar suas trágicas consequências. Segundo a OMS, cinco milhões de pessoas morrem por ano em decorrência de doenças provocadas pelo uso de tabaco e derivados.

O Dia Nacional de Combate ao Fumo foi importante para lembrar que o Brasil precisa ratificar a Convenção na Organização das Nações Unidas (ONU). Antes do dia 7 de novembro, o Senado Federal precisa aprovar o tratado e garantir, assim, que o País integre a Conferência das Partes. Apenas os países que ratificarem a convenção no prazo poderão fazer parte da Conferência e ter voto nas decisões sobre mecanismos internacionais de apoio técnico e financeiro às políticas agrícolas alternativas à cultura tabagista.

Todos sabemos da força da indústria do tabaco, que concentra esforços em polemizar a ratificação do acordo, criando um clima de hostilidade entre fumicultores e a sociedade, além de tentar desacreditar os estudos que mostram os efeitos devastadores do fumo. Legitimar a convenção internacional é manter a coerência das ações e da política vitoriosa de combate ao fumo adotada pelo País e viabilizar alternativas econômicas para a substituição do plantio de tabaco. Esse é um compromisso das autoridades e tarefa de toda a sociedade brasileira.

Luiz Antonio Santini
Diretor Geral do INCA